

**ELITES E PODER NO SEGUNDO REINADO  
(A VISÃO TRANSMITIDA PELO PRIMEIRO VOLUME DA REVISTA  
DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO)**

**ELITES AND POWER IN THE SECOND REIGN  
(THE VISION TRANSMITTED BY THE FIRST COPY OF THE  
REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO)**

Alzira Lobo de Arruda Campos

Marília Gomes Ghizzi Godoy

Álvaro Cardoso Gomes

**RESUMO**

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é a mais antiga publicação nacional do gênero. O seu conteúdo, como expressão escrita do que pensavam os sócios do IHGB, adquire significado como um dos mais importantes lugares da memória sobre o pensamento da elite nacional brasileira, que se considerava responsável pela identidade e rumos tomados pelo Estado. A análise de seu primeiro volume contribui para a compreensão do funcionamento dos círculos do poder no Segundo Reinado, quando o Brasil vivia de maneira aguda a crise do Estado-nação, nos quadros de uma monarquia constitucional e de uma sociedade escravista.

**Palavras-chave:** Cultura e política no Segundo Reinado. Elites e poder. Ideologia. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

**ABSTRACT**

The Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro is the oldest national publication of the genre. Its content, as a written expression of what the partners of the IHGB thought, acquires meaning as one of the most important places of the memory regarding the national Brazilian elite's ideas, which considered itself responsible for the identities and courses taken by the State. The analysis of its first copy contributes to the comprehension of the functionalities of circles of power in the Second Reign, when Brazil lived in a more emphatic way the crisis of the Nation state, in the scenery of a constitutional monarchy and of a slave society.

**Key words:** Culture and politics in the Second Reign. Elites and power. Ideology. Historical and Geographic Brazilian Institute. Historical and Geographic Brazilian Institute Magazine.

A memória, dado basilar da identidade coletiva, é um conceito cuja fecundidade e riqueza têm sido reveladas e elaboradas, na medida em que se esclarece o "parentesco secreto" mantido entre memoriais "verdadeiros" e objetos que aparentemente não apresentam ligações explícitas com a memória. Nesse enfoque, ao lado de museus e arquivos, as academias figuram como fenômenos mais distantes da memória<sup>1</sup>, as quais se afirmaram e ramificaram em organizações congêneres, durante os séculos XVIII e XIX, na Europa e no mundo por ela colonizado. O Instituto de Paris, por exemplo, serviu de modelo para numerosas organizações culturais, como no caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 21/10/1838, com as finalidades precípua de mobilizar a intelectualidade em torno de problemas do país.

Em sua origem, o IHGB apresentou-se como filial do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (hoje, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro). Num contexto mais amplo, a iniciativa prolongou a política joanina de criar uma vida cultural na colônia, transformada em cabeça do império lusitano pelas circunstâncias ligadas à primeira invasão napoleônica de Portugal. Ao chegar ao Brasil, o príncipe regente (após 1816, D. João VI) criou a Imprensa Régia, em 1810, a Real Biblioteca e o Real Teatro de S. João, em 1813, a Academia de Belas Artes, em 1816, além de várias outras instituições – Real Horto, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, etc. – necessários à permanência do Estado português na América, e, depois, à construção da nação brasileira. Essa política teve continuidade nos períodos pós-independentes, com a criação da Faculdade de Direito de São Paulo, do Colégio Pedro II e de outras instituições destinadas a produzir e a divulgar o conhecimento científico sobre o Brasil. Dentre elas, desde a sua fundação, destacou-se o IHGB, cujo papel preponderante na cultura e história nacionais justifica o estudo de sua constituição e funcionamento, a fim de se entender como os círculos do poder do Segundo Reinado se estruturavam para demarcar representações e mitologia nacionais, por meio de blocos massivos de pensamento e de interpretações, arregimentando, para seus objetivos, uma *intelligentzia* orgânica da nação, formada pelos sócios do instituto. Para tanto, fundou-se, concomitantemente ao instituto, uma revista concebida para ser a sua

---

<sup>1</sup> NORA, Pierre (dir.). Préface à l'éd. "Quarto". Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1997, p. 7.

porta-voz, cujo arquivo registra as primeiras tentativas para a divulgação científica no Segundo Reinado e fornece bases preciosas para numerosos estudos sobre a memória histórica do Brasil.

A fim de entender o momento político-cultural do ano anterior à maioria de D. Pedro II, este artigo é um estudo de caso que analisa o primeiro tomo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Com 425 números publicados, de 1839 a 2014, essa revista é a mais antiga publicação do gênero, tendo sido incluída, por essa circunstância, no *Guinness Book Records*<sup>2</sup>. Expressão escrita do que pensavam os sócios do IHGB, o seu conteúdo adquire significado como um dos mais importantes lugares da memória sobre o pensamento da elite nacional da época, afiliada à Ilustração e ao Estado Monárquico Constitucional, estado com o qual se confundia, considerando-se responsável pela sua identidade e pelos rumos que tomava. Nas páginas da R.IHGB, essa elite representava símbolos e se prendia a fórmulas convencionais. A este artigo não interessa encontrar a imagem real dos membros do instituto, mas os seus reflexos nos testemunhos escritos, as imagens que faziam deles próprios e do país que representavam. E, muito especialmente, das relações que mantinham com o poder. A escrita é toda oficial, fixando-se em falas importantes e formas artificiais, na linguagem sofisticada que se usava em reuniões mundanas e de intelectuais. Escrita dirigida a um público, que não se voltava quase nunca ao íntimo. Este é surpreendido, por vezes, na publicação de documentos históricos, em biografias e necrológios. A matéria publicada buscava impor elementos que proporcionassem uma lição moral, arranjados segundo um conjunto de imagens exemplares. Não há realismo nas análises apresentadas, mas sim as representações do que a sociedade deveria ser, de acordo com a visão comprometida de seus autores. A partir das palavras escritas, é possível reconstituir um sistema de valores sobre o Brasil. E reconhecer nesse sistema o lugar designado aos donos do poder no passado histórico nacional, na imagem fugidia, mas simbolicamente forte, fixada no primeiro volume da revista.

De 1839 a 1863, o periódico foi trimestral, passando a semestral entre 1864 e

---

<sup>2</sup> As informações sobre o IHGB e sua revista têm como fonte o site oficial do instituto (<http://www.ihgb.org.br>).

1932 e a anual em 1933. Atualmente, a revista voltou à trimensalidade. Quanto às matérias publicadas, havia três partes principais: a primeira dedicada à publicação de documentos e estudos monográficos desenvolvidos pelos sócios; a segunda, a biografias de brasileiros distintos pelas letras, armas e virtudes; a terceira registrava atas e extratos das sessões.<sup>3</sup> Motivações e intenções da revista apresentam-se nítidas do ponto de vista ideológico. Posta a serviço da monarquia constitucional, ela se assumia como depositária da ciência da época e como ferramenta privilegiada da nacionalidade brasileira constitucional. O seu primeiro volume é uma janela pela qual se pode descortinar a paisagem do Brasil no século XIX, tal como era pensado pelos intelectuais presentes nos quadros do instituto. Esse volume (comportando 301 páginas, organizadas em quatro partes) reflete o conteúdo de 29 sessões, desenroladas no transcorrer do ano de 1839.

O pensamento político, expresso pelo periódico, articula-se em torno dos principais temas que se consideravam representativos da nação: a herança longínqua; os grandes momentos da memória historiográfica; as fronteiras no interior das quais a nação definiu sua soberania e sua identidade unitária; a maneira pela qual os artistas ou os letrados puderam decifrar suas paisagens e seus espaços. Mas também se apresentam temas sobre a ideia que se fazia do Estado, em seu período fundador: sua grandeza e suas glórias, seus heróis militares e civis, seu patrimônio monumental e artístico, sua linguagem e suas letras.<sup>4</sup>

A análise do volume inicial da R.IHGB permite que entendamos o peso da legalidade liberal no interior dos novos espaços políticos trazidos pelo processo emancipador, ainda recente na época e comportando alguns paradoxos. Os sócios do instituto proclamavam a soberania brasileira frente a Portugal, mas permaneciam presos à Casa dos Braganças. De outro lado, a afirmação da nacionalidade brasileira prendia-se, no pensamento dessas lideranças, ao desenvolvimento de uma cultura genuinamente americana, mas os modelos e as modas intelectuais que seguiam continuavam a ser européias.

---

<sup>3</sup> DORIGUELLO JÚNIOR, César Augusto. **Os indígenas nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1873)**. Dissertação de mestrado. FCL/UNESP, 2008, pp.40-41. Mimeo.

<sup>4</sup> NORA, *idem*, p. 16.

As relações dos editores com o poder e as altas finanças do Império estão claramente nomeadas na primeira edição do periódico, posto "debaixo da imediata proteção de S.M.I. o Senhor D. Pedro II", numa relação de estrita vassalagem, que permaneceu estável durante todo o período monárquico, conservando-se, em certos limites, nos tempos republicanos.

Do ponto de vista político, o Brasil, no decurso do século XIX, viveu o fracasso histórico do liberalismo, caracterizado pela predominância do personalismo político, de natureza essencialmente rural e militar, e pela persistência do trabalho escravo, já condenado pela Revolução Industrial e em confronto com medidas restritivas impostas pela Inglaterra.

Com a abdicação de D. Pedro I, tomaram a dianteira os militantes do liberalismo, que desejavam ver em prática o governo representativo. Seriam muitos deles pessoas atraídas pela face exterior dos acontecimentos e desatentos às suas causas sociais profundas. Jornalistas, deputados, homens de letras tomavam como tema os ideais de liberdade, igualdade, fraternidade, numa retórica vazia, uma vez que a realidade econômico-social do Brasil assentava-se quase totalmente na mão de obra escrava. Em poucos momentos, aparentam dar-se conta dessa contradição, resolvendo-a precariamente ao analisar o sistema servil como decorrência do direito de propriedade, o pilar da burguesia em ascensão.<sup>5</sup>

Essa posição reflete-se, claramente na R.IHGB. Uma das raras críticas à escravidão aparece na resposta dada pelo secretário perpétuo do instituto, o cônego Januário da Cunha Barbosa, à questão sobre se a introdução de escravos africanos teria dificultado a "civilização" dos índios. A resposta afirmativa do cônego começa com uma declaração de princípios: não era patrono da escravidão, nem dos índios, nem dos negros, uma vez que considerava a liberdade como um dos melhores instrumentos da civilização dos povos, mas não iria tratar desse assunto, por fugir ao programa que lhe fora designado.<sup>6</sup> Resposta padrão, à qual se prende a elite letrada do período, preocupada em se apresentar com um ideário ilustrado, mas comprometida por

---

<sup>5</sup> SOUSA, Octávio Tarquínio de. **História dos Fundadores do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, v. I, p. 36.

<sup>6</sup> BARBOSA, Januário da Cunha, cônego. Programa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do**

interesses pessoais com a permanência do regime escravista.

Quanto ao Imperador, sabemos que, por meio do poder moderador a ele atribuído, reinava, governava e administrava, ficando longe da máxima inglesa que ao rei cabia reinar e não governar. Nos quadros do instituto, Pedro II procurou fortalecer a sua imagem de soberano ilustrado, participando de mais de 500 das sessões realizadas, e intervindo em algumas de suas pautas. No início, podemos imaginar como um adolescente imberbe suportaria as longas reuniões que presidia, em meio a uma assembléia de áulicos, pressurosos em afirmar suas relações com o poder, sugerindo políticas de desenvolvimento e novos rumos à nação. O papel do instituto na formação da personalidade do jovem imperador apresenta-se desde 1840, quando D. Pedro II começa a se inteirar da máquina governamental do país, conhecendo de perto os políticos que se transformam em seus colaboradores mais diretos, em seus conselheiros. Com eles terá que contar para a administração de um vasto Império, quase despovoado, com seis milhões de habitantes – em grande parte, escravos –, com uma unidade precária, ameaçada pela secessão, sem cultura, sem comunicações terrestres ou marítimas, com fronteiras ainda mal definidas.<sup>7</sup>

O hábito de tomar parte nas sessões do instituto perdurou na maturidade e na velhice do soberano. No ano de 1867, por exemplo, Gonçalves Dias leu a segunda parte de seu trabalho "Brasil e Oceania", na "augusta" presença de S. Majestade Imperial. Tratava-se de parte de uma palestra que integrava a pauta do dia, e que podemos seguir nas 187 páginas que ocupam da revista.<sup>8</sup>

Como podemos ver, o centro do poder monárquico apresentava-se nas sessões do IHGB e se refletia nas páginas de seu periódico. De tal modo que, em 1849, as sessões se transferiram da sede da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional para o Paço Imperial, atendendo a interesses de seus membros, entre os quais figuravam cinco conselheiros de Estado (sendo um deles ministro), três senadores e três deputados. Munidos de títulos de nobreza, havia um marquês, um barão e seis

---

**Brazil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, 1º semestre de 1839. Tomo I, p. 123.

<sup>7</sup> LIRA, Heitor. **História de Dom Pedro II, 1825-1891.** São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977, p. 77.

<sup>8</sup> REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: Garnier, 1867, Tomo XXX, pp. 5-92.

viscondes, entre os quais, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Ministro do Império, de Estrangeiros e da Justiça, que exercia notável ascendência sobre o espírito do Imperador e, como decorrência, mantinha uma influência preponderante no Paço. Não resta dúvida de que o futuro Visconde de Sepetiba desfrutou junto do Imperador-rapaz de uma ascendência superior a de qualquer outro personagem da época. Nos anos que se seguiram à Maioridade, Aureliano era para D. Pedro II ao mesmo tempo que Conselheiro,

O professor político, uma espécie de guia, de mentor, na direção geral do País, que lhe abria o espírito para as coisas do governo e da administração pública, que lhe dirigia até certo ponto os passos, sem chegar, contudo, a anulá-lo ou substituí-lo no governo de fato da Nação.<sup>9</sup>

Os sócios do instituto filiavam-se, como os letrados brasileiros, ao iluminismo português, mais próximo do italiano do que do francês. Um iluminismo essencialmente reformista e pedagógico, progressista, nacionalista e humanista. Vinte sócios fundadores possuíam a formação superior, portanto, dispunham de marca poderosa para a identificação da elite. Quase todos estudaram na Universidade de Coimbra, nove dos quais cursaram Direito; dois, Matemática; um, Cânones. Dos militares, três formaram-se em Lisboa e dois no Rio de Janeiro. Havia um médico, diplomado em Paris.<sup>10</sup> Entre os sócios fundadores, 16 tinham a nacionalidade brasileira e oito, a portuguesa.<sup>11</sup> Para o quadro de intelectuais do instituto, ocupar-se do Brasil adquiria sentido no momento em que a tarefa de construção da Pátria colocava-se prioritária, implicando o processo de integração física do território e de sua população indígena e definindo um saber sobre esse grupo, a ser fixado e transmitido para o futuro.<sup>12</sup>

A "Proposta" da revista alinha-a ao ideário da cientificidade oitocentista, segundo o qual aos intelectuais caberia a incumbência de colaborar com o progresso de suas nações:

Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo

<sup>9</sup> LIRA, *id.*, pp. 95-96.

<sup>10</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 65-67.

<sup>11</sup> DORIGUELLO, *id.*, pp. 23-24.

<sup>12</sup> GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1988, v. I, p. 20.

esclarecimento de seus membros ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que [em] uma monarquia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos [...] são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que, versando sobre a história e geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os brasileiros.<sup>13</sup>

Sob a rubrica "bases", apresenta-se a preocupação das elites brasileiras em se declarar, de um lado, independentes de Portugal, criando o perfil histórico, geográfico e cultural de uma dada brasilidade; de outro, de se alinharem à civilização, concebida, na época, como européia, correspondendo-se com institutos e academias estrangeiras, em especial, da França. Os sócios efetivos (em número de 25, residentes na Corte, logo aumentados para 50) comprometiam-se a "coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brasil", ao mesmo tempo em que se ocupariam da integração nacional, procurando se ramificar nas províncias do Império.<sup>14</sup> Em 16/8/1938, assinam esses documentos iniciais dois altos representantes do clero e do exército: o marechal Raymundo José da Cunha Mattos e o cônego Januário da Cunha Barbosa, sócios fundadores e membros também do Instituto de Paris, inspiração óbvia de seu congênere americano.<sup>15</sup> Inspiração assumida claramente pelo IHGB, ao se apresentar como o representante das idéias da Ilustração, "que em diferentes épocas se manifestam neste continente".<sup>16</sup>

Exército e Igreja, sustentáculos da nação brasileira, no regime monárquico, são vozes preferenciais na RIHGB, cuja inauguração é saudada pelo cônego Januário, que o vê como monumento de memória da "glória nacional".<sup>17</sup> A respeito, convém sublinhar que o prestígio das armas e do clero sempre atraiu as famílias mais distintas pelo nascimento ou fortuna. Os empregos militares ou a carreira eclesiástica constituíam estratégias relativamente seguras para aqueles que contavam ascender na escala social, numa comunidade com meios escassos para assegurar relativa estabilidade material a seus membros.<sup>18</sup>

<sup>13</sup> *R.IHGB*, 1839, Tomo I, p. 5.

<sup>14</sup> *R.IHGB*, 1839, Tomo I, p. 18.

<sup>15</sup> *R.IHGB*, 1839, Tomo I, p. 5.

<sup>16</sup> *R.IHGB*, 1839, Tomo I, p. 48.

<sup>17</sup> *R.IHGB*, 1839, Tomo I, p. 9.

<sup>18</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964, tomo II, pp. 450-451.

A gestão do IHGB é prevista estatutariamente. Em linhas gerais, cada sócio entraria com 10\$000 a título de jóia e pagaria 3\$000 a cada semestre para as despesas do instituto e haveria sessões quinzenais, durante as quais uma urna ficava destinada para a sugestão de programas de História e Geografia, para serem discutidos, depois de quinze dias da extração do programa.<sup>19</sup>

Esses programas deveriam ser dissertados por membros do instituto, designados por seus pares. Uma análise das questões propostas ajuda a esclarecer o ideário do instituto. Um bloco delas cuida de aspectos da história do Brasil, ainda em discussão à época – a morte do primeiro bispo do Brasil, as datas de criação das capitanias e bispados, com os nomes de seus titulares, etc. Outro dossiê reúne questões econômicas, especialmente, as agrárias, espelhando interesses dos "donos do poder" da época. Indaga-se sobre os introdutores da cana, café, tabaco e outros vegetais "da nossa riqueza" pelas províncias brasileiras, e em que bases isso teria ocorrido; sobre as minas de salitre; se haveria plantas sensitivas no Brasil e se seria certo que seriam dotadas de "uma substância que abrande o ferro"; se seria útil ou prejudicial às monarquias "o diminuir-se os juros de dinheiro, por exemplo, de 8 a 4% ou, pelo contrário, de 4 a 8%", etc.<sup>20</sup> Preocupações curiosas, ligadas ao mundo natural ou biológico e filiadas ao exotismo romântico, dizem muito sobre a cultura vigente:

Se nos monos(as) do Brasil se dá instinto, ou espécie de racionalidade com alguma diferença de outros animais? Em que consiste a alma dos brutos ou serão máquinas autômatas?  
Porque não há terremotos no Brasil?  
Se o dilúvio universal compreendeu a América? Ou se nela escaparam os seus habitantes?<sup>21</sup>

O romantismo embebe a produção da revista, por meio de alguns de seus elementos constitutivos, que estão nas suas fontes, tais como as descrições dos selvagens brasileiros e americanos. De forma similar à de Rousseau e Chateaubriand, que tentavam o retorno aos *habitats* primitivos para neles encontrar o "homem natural", os sócios do IHGB viveram a aventura do indianismo, procurando nele não o "bom selvagem" mas o encontro das raízes da nacionalidade, no homem, na terra. Os nossos

---

<sup>19</sup> R.IHGB, 1839, Tomo I, p. 9.

<sup>20</sup> R.IHGB, 1839, Tomo I, pp. 72-73.

<sup>21</sup> R.IHGB, 1839, Tomo I, p. 75.

índios representavam os "antepassados", não a natureza real da humanidade, encoberta pelo artificialismo e pelo racionalismo. A "democracia coroada" (assim considerada pelos seus admiradores), como unidade cultural, transmutou-se numa verdadeira "apoteose do Romantismo".<sup>22</sup> O ritual político e social do Império expressa o puro romantismo. A Revista do IHGB estiliza e reproduz esse ritual, baseado em símbolos, reafirmando uma identidade, que se quer americana: os papos de tucano, que formavam o manto do Imperador (a recordar mantos de caciques), os títulos de nobreza, de etimologia tupi, as ordens da Rosa e do Cruzeiro, nitidamente românticas, os ramos de café e fumo, a literatura, a música, a pintura apresentam-se direta ou metaforicamente nas edições do século XIX, até o advento da República.

Mas o romantismo não é suficiente para explicar as posições políticas dos sócios do IHGB. Uma delas, era a de considerar a Constituição do Império não como uma utopia, mas como a base adequada para organizar o sistema de governo mais adaptado às necessidades nacionais. Os que organizaram o Brasil pós-independente sabiam estar diante de um fato consumado, a prevalência de uma sistema monárquico, diferentemente das demais nações americanas que optaram pela República. Mas eram liberais e consideravam que a monarquia, já instalada, poderia ser um instrumento útil para a concretização dos ideais da Independência. Entendiam, ademais, que o Brasil se incluía entre as nações cuja organização estatal antecedeu a formação da consciência nacional e lhe foi a causa. A ideia de que nos países de formação monárquica, o Estado, como o primeiro motor da história, deve adquirir força e prestígio para consolidar a nacionalidade é um ponto presente no ideário da revista.

Mesmo ao se referir à produção literária e científica nacional, os autores consideram que o seu desenvolvimento foi truncado pelo colonialismo, que proibia a imprensa no Brasil e exercia estrita vigilância sobre os escritores americanos. Como justificativa, enumeram-se associações literárias que existiram no Brasil, na ordem abaixo transcrita.

Em 6/6/1759, criou-se em Salvador a "Sociedade Brasileira dos Acadêmicos Renascidos", destinada a escrever a história universal da América Portuguesa. Tinha

---

<sup>22</sup> TORRES, João Camilo de Oliveira. **A democracia coroada (teoria política do império do Brasil)**.

como símbolo a ave fênix, fitando os olhos ao sol, com o dístico "*multiplicabo dies*", representando-se várias aves da América e da Europa em seguimento da fênix. O selo apresentava uma fênix em chamas, com o dizer "*ut vivam*". A "Academia Brasília dos Esquecidos" vem a seguir, como tendo sido criada em 1724.<sup>23</sup> Em 6/5/1736, um grupo de 30 intelectuais fundou, no Rio de Janeiro, a "Academia dos Felizes", que tinha por emblema Hércules com a clava afugentando o ócio, sob o dístico – *Ignavia fugenda et fugienda*.<sup>24</sup> O texto considera que a principal associação do setecentos foi a "Academia", criada no Rio de Janeiro, em 18/2/1772, sob os auspícios do vice-rei Marquês do Lavradio. A essa associação pertencia um horto, chamado Botânico, que servia de hospital militar, no qual se reuniam todos os sócios.<sup>25</sup> Também no Rio de Janeiro, vem arrolada a "Academia dos Seletos", fundada em 1752, sob o patrocínio do Visconde de S. Leopoldo.<sup>26</sup> A listagem citada comprova a existência de uma relativa vitalidade literária entre as elites nacionais, no século XVIII, que se projetaria mais tarde na fundação do IHGB e de seu periódico, embora a participação do instituto na literatura brasileira só tenha ocorrido de modo tangencial e indireto, uma vez que os trabalhos etnográficos ali produzidos foram fontes dos quais os literatos se serviam e não estudos próprios.

De longe, o dossiê mais importante do número inaugural da revista é o dedicado aos índios, revelando preocupações bem nítidas sobre a identidade etnográfica da nação. Em primeiro lugar, na ideologia mítica do Império, havia a necessidade incontornável de valorizar os primitivos habitantes da terra, posição fortalecida pelo romantismo, que, como se sabe, idealizou o homem pré-industrial como o "bom selvagem". Por outro lado, os índios serviram aos colonizadores como mão de obra escrava, por mais de três séculos, mesmo apresentando pior performance no trabalho do que os africanos. Mesmo assim, eram considerados aptos para todos os trabalhos, dos quais teriam sido afastados pela introdução de africanos. Se fossem bem tratados, o Brasil disporia, pelo menos "com seus filhos e netos" de uma classe trabalhadora que

---

Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, p. 556.

<sup>23</sup> *R.IHGB*, Tomo I, 1839, p. 63.

<sup>24</sup> *R.IHGB*, 1839, Tomo I, p. 64.

<sup>25</sup> *R.IHGB*, 1839, Tomo I, pp. 65-66.

poderia dispensar os africanos.<sup>27</sup> Esse texto, somado a outros, demonstra que a presença dos indígenas na revista tinha razões bastante pragmáticas. Era preciso responder, de algum modo, ao momento vivido pelo país, com a condenação do sistema escravista pelo capitalismo industrial, que levou a poderosa Inglaterra à proibição do tráfico negreiro. Com o abolicionismo em curso a ameaçar o sistema escravista nacional, o índio apresentava-se como solução prospectiva à carência de mão de obra servil. Dessa forma, o seu estudo apresentou-se como essencial aos intelectuais da época, aconselhado, ademais, pelo aparecimento do folclore, no século XVIII, e pela moda de encontrar raízes populares para os nacionalismos do século posterior.

A R.IHGB acusa essas posições. A primeira matéria que publica é justamente sobre os Índios Cavaleiros ou da Nação Guaycuru, escrita no ano de 1783, no Real Presídio de Coimbra, por Francisco Rodrigues do Prado, comandante do mesmo, cujo título enumera os assuntos tratados pelo autor:

Em que descrevo os seus usos e costumes, leis, alianças, ritos e governo doméstico, e as hostilidades feitas a diferentes nações bárbaras, aos Portugueses e Espanhóis, males que ainda são presentes na memória de todos.<sup>28</sup>

O interesse sobre os índios também se manifesta na primeira sessão do instituto, como podemos observar em quatro das cinco "discussões da casa":

1ª) Quais sejam as causas da espantosa extinção das famílias indígenas que habitavam as províncias litorais do Brasil: se entre essas causas se deve enumerar a expulsão dos jesuítas, que pareciam melhor saber o sistema de civilizar os indígenas.

2ª) O que se deve concluir sobre a história dos indígenas no momento da descoberta do Brasil, e daí por diante, à vista das continuadas guerras entre as suas diversas tribos; da diferença de suas línguas e de seus costumes, se os devemos supor famílias nômades, e no primeiro grau de associação, ou se segregadas das grandes nações ocidentais da América por quaisquer calamidades que as fizessem emigrar, e nesse caso se algum vestígio de civilização das grandes nações do resto da América aparece nos índios do Brasil.

3ª) Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios do Brasil, entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o sistema dos jesuítas, fundado principalmente na propagação do cristianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais.

4ª) Se a introdução dos africanos no Brasil serve de embaraço à civilização dos

<sup>26</sup> R.IHGB, 1839, Tomo I, p. 68.

<sup>27</sup> BARBOSA, Januário da Cunha, cônego. Programa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, Tomo I, 1º semestre de 1839, pp. 127-128.

<sup>28</sup> R.IHGB, 1839, Tomo I, p. 21.

índios, cujo trabalho lhes foi dispensado dos escravos.<sup>29</sup>

A resposta à última questão é dada por Cunha Barbosa, que ressalta a exploração dos índios, empregados pelos portugueses em duros trabalhos, desde a descoberta do Brasil. O orador reproduz as críticas jesuíticas aos colonos, dizendo que eles condenavam os naturais da terra ao "duro cativo", à revelia das leis que proibiam a sua escravização, desde a bula de 9/7/1537, do papa Paulo III, que declarou os índios da América racionais e libertos. Em prosseguimento, Cunha Barbosa transcreve uma informação restada pelo padre Vieira ao rei de Portugal, em 31/7/1678:

Sendo o Maranhão conquistado no ano de 1615, havendo achado os portugueses desta cidade de São Luís até o Gurupá mais de 500 povoações de índios, todas muito numerosas, e algumas delas tanto, que deitavam quatro e cinco mil arcos, quando eu cheguei ao Maranhão, que foi no ano de 1652, tudo isso estava despovoado, consumido e reduzido a mui poucas aldeotas, de todas as quais não pode André Vidal ajuntar 800 índios de armas; [...] esses índios eram naturais daquelas mesmas terras, onde os achamos; [...] tanta mortandade devida ao excessivo, desacostumado trabalho e à opressão com que eram tratados.<sup>30</sup>

Presentes nas "discussões da casa", os índios continuam a figurar em dois temas para dissertação:

1. De que causas procede a cor vermelha que têm os índios do Brasil? e a preta da Etiópia?
2. Se os índios do Brasil todos são imberbes, e a razão física desta raridade?

Para o primeiro, nomeiam-se cinco sócios para dissertar; para o segundo, três.<sup>31</sup>

O interesse pelos silvícolas leva os editores a publicar um documento, datado de 3/9/1810, que narra a viagem que o tesoureiro-mor da Sé de São Paulo, João Ferreira de Oliveira Bueno, e seu irmão, a mando do governador da capitania, fizeram ao Rio Paraná, documentando as modalidades em que ocorriam os contatos dos brancos com os índios. O relato é claro ao evidenciar que os índios continuavam a ser explorados como mão de obra servil, sujeitos a práticas similares às aquelas que os dizimaram no passado.

Oliveira Bueno relata que o primeiro contato com os índios Caiapó teria ocorrido após a celebração da missa, quando, ao ouvir gritos vindos da margem direita do Tietê, enviara canoas, que trouxeram 12 índios para o seu acampamento, com os seus dois chefes, os quais, por "única distinção", traziam cobertas as partes pudendas. O discurso

<sup>29</sup> *R.IHGB*, 1839, Tomo I, pp. 21-44.

<sup>30</sup> *R.IHGB*, 1839, Tomo I, p. 125.

<sup>31</sup> *R.IHGB*, 1839, Tomo I, p. 21.

que Oliveira Bueno dirigiu aos recém-chegados exemplifica as técnicas utilizadas para convencer os índios a acompanhar os brancos, rumo à "civilização", abandonando "as agruras da vida na selva". Promessas de "terras, moradia, alimentação, vestimentas e tudo o mais, para que pudessem viver livremente entre os brancos" são feitas. Com elas, Oliveira Bueno consegue trocar homens e mulheres, com suas crias, por facões, enxadas, fumo e outras "bagatelas", arrancando dos chefes o compromisso de lhe entregar mais índios para o ano seguinte. Assim, ele e o irmão compraram vários indígenas, dos quais 17 chegaram à capitania.<sup>32</sup>

A leitura atenta da R.IHGB deixa explícito que, aos olhos dos burgueses e aristocratas liberais que a redigem, a nação constitui uma comunidade de sentimentos e interesses a assegurar o respeito aos direitos do homem e do cidadão, incluídos neles o direito à propriedade de escravos. A revista procura contribuir para avivar o sentimento patriótico, enaltecendo a paisagem, com suas riquezas naturais, seus rios, suas florestas, os "grandes vultos do passado" (passado, vale dizer, ideologicamente produzido). Nessa vertente, alinham-se as biografias, a narrativa de feitos heróicos, os discursos apologéticos, os necrológicos. O desabrochar do romance nacional, a história sendo usada para mostrar o providencialismo do passado, na preparação de um futuro necessariamente triunfante, são princípios que conferem à revista um estilo coletivo, marcado pelo ufanismo nacionalista, comum ao período monárquico.

O tomo I da RIHGB, ao arrolar os seus membros e os seus correspondentes estrangeiros – figuras de poder no país e no estrangeiro indica que o interesse nacional não era um objetivo imperativo que pressionasse o governo a partir do mundo exterior, e sim a projeção de interesses particulares internos da própria elite. Ao mesmo tempo, informa sobre a conjuntura política pós-Independência, porque o Brasil vive de maneira aguda a crise do Estado-nação e busca empreender resolutamente o caminho da democracia, nos quadros de uma monarquia constitucional e de uma sociedade cuja força de produção repousava nos escravos africanos e seus descendentes.

As graves turbulências econômicas, que atingiram as políticas liberais de

---

<sup>32</sup> BUENO, João Ferreira de Oliveira. *Simple narração da viagem que fez ao Rio Paraná o thesoureiro-mór da Sé d'esta cidade de S. Paulo* João Ferreira de Oliveira Bueno, acompanhado de seu irmão o

numerosos países latino-americanos, também se apresentaram no Brasil, desde os primeiros anos da Independência, e suscitaram a atenção para um novo modelo de regulação social, expressando reivindicações de movimentos sociais (o fim do sistema escravista, por exemplo), além de processos de integração regional, transformações no campo econômico, industrialização do país e introdução de novas culturas.

O controle da constitucionalidade tornou-se, assim, um meio essencial não somente para garantir os princípios constitucionais, mas também e sobretudo para procurar os pontos de equilíbrio entre os princípios potencialmente contraditórios sobre os quais nenhuma decisão soberana poderia se exercer. Entre esses princípios, destacava-se a paisagem social caracterizada por tendências adversas à organização e à regulamentação e a vigência de uma monarquia liberal que expropriava poderes políticos locais, em busca do fortalecimento do estado unitário.

Não obstante os graves problemas econômicos e sociais, que minam o conceito de democracia, existe, entretanto, na escrita da revista, uma forte continuidade e um largo consenso em torno das instituições democráticas e a busca de pontos de equilíbrio, em virtude de uma atribuição eqüitativa de espaços e de direitos, sob a hegemonia de uma elite de intelectuais, ativa e interessada nos destinos da nação brasileira.

## Fontes

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRAZIL. 3. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. Tomo I, 1º semestre de 1839.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRAZIL, Rio de Janeiro: Garnier, 1867. Tomo XXX, 1º Semestre de 1867.

BARBOSA, Januário da Cunha, cônego. **Programa. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. Tomo I, 1º semestre de 1839.

BUENO, João Ferreira de Oliveira. Simples narração da viagem que fez ao Rio Paraná

o thesoureiro-mór da Sé d'esta cidade de S. Paulo João Ferreira de Oliveira Bueno, acompanhado de seu irmão o capitão Miguel Ferreira de Oliveira Bueno, aos 3 dias do mez de Setembro de 1810 (Copiado de um manuscrito oferecido ao instituto pelo socio o Sr. J.D. de A. Moncorvo). RIHGB, Tomo I, pp. 139-150.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DORIGUELLO JÚNIOR, César Augusto. **Os indígenas nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1873)**. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2008.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma Historia Nacional. **Revista Estudos Histórico**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

LIRA, Heitor. **História de Dom Pedro II, 1825-1891**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

NORA, Pierre (dir.). **Préface à l'éd. "Quarto". Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1997.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. **História dos fundadores do império do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A democracia coroada (teoria política do império do Brasil)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.